

2. Altas Habilidades / Superdotação

2.1 Conceituação

2.1.1 Inteligência

Nas últimas décadas, o que se entende por inteligência vem sendo mundialmente discutido e amplamente questionado. Trata-se de um conceito em constante revisão e redefinição que influencia diretamente o conceito de superdotação. Vale lembrar que tal conceito também varia de acordo com a cultura. Aqui adotaremos as conceituações apresentadas por Gardner (2001), que afirma:

“Algumas culturas sequer possuem um conceito chamado inteligência, e outras definem inteligência em termos de características que os ocidentais podem considerar esquisitas – obediência, ou capacidade de ouvir, ou força moral, por exemplo.” (p.31)

O principal objetivo deste capítulo é traçar um breve histórico dos estudos sobre a inteligência para que possamos situar as AH/SD num panorama histórico/cultural/social. Pretendemos também explicitar as transformações históricas que os conceitos de “inteligência” e “superdotação” vêm sofrendo e como têm sido utilizados atualmente pela literatura científica específica.

Ao final do capítulo trataremos ainda de esclarecer terminologias como: talento, ídigo, gênio, prodígio; palavras estas que vêm sendo mal compreendidas e, portanto, empregadas de forma equivocada.

Um fato é certo: não é possível continuarmos conceituando inteligência com base em números absolutos de QI (quociente de inteligência), com a crença em hereditariedade e “superioridade de raças” ou, ainda, com o foco somente ou predominantemente nas áreas matemática e linguística como historicamente já foi feito. Gardner (2001) afirma que “Nos últimos cinquenta anos nosso conhecimento da mente e do cérebro humanos modificou-se fundamentalmente” (p.13). A ciência progrediu e com o apoio da tecnologia hoje podemos realizar estudos acerca da mente humana e do seu funcionamento que antes eram impensáveis. As teorias sobre

inteligência que antes vigoravam, muitas vezes com bases claramente ideológicas, eram próprias para aquela época e para determinados grupos e certamente influenciam nossa história, mas foram criticadas, atualizadas, revistas, reformuladas. Há que se lembrar também que novos estudos estão em andamento, de forma que as teorias hoje existentes continuam em constante revisão e transformação. Trata-se de um conceito multidimensional e dinâmico, longe se ser objetivo e estático.

É importante que isso seja dito para situar nosso modo de compreender a inteligência, uma vez que há ainda autores, chamados de “generalistas”, que acreditam que a inteligência é mensurável, fixa e imutável. Este não é o nosso ponto de vista.

Para vermos como há opiniões e visões contraditórias, Gardner (2001) relata que em 1994 foi publicado um livro chamado *The Bell Curve*, de Richard J. Herrnstein e Charles Murray, que fez grande sucesso. Nele os autores afirmam que a inteligência é em grande parte herdada e deixam implícita sua visão eugenista (crença de superioridade de alguns em relação a outros, exclusivamente pautado nos fatores genéticos). Em 1995 (somente um ano após a publicação de *The Bell Curve*) foi publicado o livro *Inteligência Emocional*, de Daniel Goleman, com ideias radicalmente diferentes das presentes no *The Bell Curve*, ressaltando a importância das habilidades humanas relacionadas à emoção e às pessoas. Como se pode ver, há 17 anos (não faz tanto tempo), praticamente numa mesma época, opiniões e teorias divergentes coexistiam. Ainda coexistem.

Os primeiros estudos sistemáticos sobre inteligência nos levam a 1859, quando Charles Darwin publicou o livro *A Origem das Espécies*, explicando, de forma essencialmente teórica, a origem de todas as espécies e tratando, inclusive, de traços psicológicos (intelectuais e emocionais).

Dez anos após a publicação e o sucesso do livro de Darwin, seu primo Francis Galton, inspirado por seus estudos, publica o livro *Hereditary Genius*. Ambos defendem a hereditariedade como predominante no desenvolvimento das espécies, porém, Galton trata especificamente dos seres humanos, afirmando, como disse Silva (2010), que existe um “pedigree dos gênios” (p.29). A autora também afirma que foi

Galton quem cunhou o termo “*eugenia*: a possibilidade de aperfeiçoamento da raça humana. (...) o controle da reprodução dos seres humanos para a depuração da espécie em termos de inteligência” (p.31). Segundo essa crença, as mulheres seriam menos inteligentes que os homens, os negros menos inteligentes que os brancos, os pobres menos inteligentes que os ricos. Seus testes incluíam, por exemplo, a medição da caixa craniana das pessoas, pois para ele, “(...) medir a cabeça é o teste de inteligência mais simples, pois reflete o tamanho do cérebro contido e, assim sendo, o grau de diferenciação das habilidades intelectuais do indivíduo medido” (Silva, 2010, p.32).

Segundo a lógica da época e desse tipo de visão inatista, uma criança que se sujeitasse a um teste de QI e naquele momento apresentasse um escore considerado baixo não poderia desenvolver-se muito; seu destino era, portanto, medíocre porque nenhuma condição de aprendizagem lhe seria fornecida em função do determinismo do conceito de inteligência daquele momento histórico.

Com Galton iniciou-se uma busca pela criação de instrumentos de medida da Inteligência, mas, segundo Silva (2010), não há nenhum teste utilizado atualmente ou nos últimos 100 anos que tenha correlação com os mesmos. Gardner (2001) afirma que “Desde a época de Galton, as pessoas procuravam avidamente as melhores maneiras de definir, mensurar e cultivar a inteligência” (p.13).

Considera-se que o primeiro teste psicológico de inteligência propriamente dito tenha sido elaborado por Alfred Binet (1857-1911), psicólogo e educador francês interessado em crianças e em educação. Um de seus “laboratórios” era em sua própria casa: segundo Zazzo (1993), o psicólogo observava suas duas filhas, buscando “(...) as diferenças individuais e sua relação com o patrimônio genético e a educação” (*apud* Silva, 2010, p.45). Binet associou-se a Henri Beaunis, diretor do Laboratório de Psicofisiologia da Sorbonne e lá atuou por muito tempo. Foi nessa oportunidade que conheceu Théodore Simon. Segundo Silva (2010), Binet e Beaunis propõem:

“(...) o desenvolvimento de um conjunto de testes cuja aplicação leve menos de duas horas e que forneça um perfil da personalidade de riqueza e complexidade equivalentes às

obtidas por meio de entrevistas e do levantamento do histórico individual.” (Silva, 2010, p.47)

Outra contribuição importante de Binet é a conclusão de que “(...) crianças têm habilidades sensoriais e neuropsicológicas semelhantes às dos adultos (...)” (Silva, 2010, p.47).

O final do século XIX, década de 1890, foi um período de grande produção para Binet. Estudou os fins sociais da educação, as diferenças entre crianças “normais” e “anormais” e a identificação de crianças atrasadas. Segundo Silva (2010), “(...) a questão qualitativa de como as pessoas procedem para solucionar problemas sempre seria tão importante, para Binet, quanto o fato de chegarem a uma solução satisfatória” (p.50).

O Ministério de Educação da França precisava de um instrumento que auxiliasse as escolas a compreender quais eram os alunos com dificuldades de escolarização e Binet e Simon criaram um instrumento que passava a considerar a “(...) inteligência como uma capacidade que aumenta com a idade, mas em ritmo individual e variável” (Silva, 2010, p.52). Em 1905 foi publicada a primeira versão da Escala Binet-Simon de Inteligência que avaliava principalmente “(...) a memória verbal, o raciocínio verbal, o raciocínio numérico, a apreciação de sequências lógicas e a capacidade de dizer como resolver problemas do cotidiano” (Gardner, 2001, p.23).

Para Silva (2010, p.57): “O objetivo de Binet era estabelecer um diagnóstico individual, como exigia o sistema francês, e seu interesse sempre foi compreender a mente humana e promover a educação”. Era avesso à promoção pessoal e seu interesse primordial era “(...) criar um instrumento para o diagnóstico de crianças que precisam de atenção no sistema educacional, para apreciar o seu ‘nível mental’” (Silva, 2010, p.59). Sua intenção não era a de diagnosticar para rotular e segregar.

Segundo Sabatella (2008), em 1912, Louis William Stern, psicólogo alemão, propôs trocar o conceito de “nível mental” de Binet para “idade mental” e propôs ainda o termo “idade cronológica”. Chamou de quociente de inteligência (QI) a divisão da primeira pela segunda. Segundo Silva (2010), essa mudança de nomenclatura (de

nível mental para idade mental) “(...) deu margem à concepção de algo fixo e imutável” (p.59).

Silva (2010) diz que , levado aos Estados Unidos pelo psicólogo eugenista Henri H. Goddard (1866-1957), o instrumento de Binet foi “adulterado e utilizado de forma indevida” (p.59). São implementados “(...) amplos programas de testagem que afetarão a vida de muitos” (p.59). Os Estados Unidos da época apresentavam solo fértil para a eugenia, que atendia os interesses sociais das classes dominantes. Martin (1977) relata que, para Terman:

“(...) os testes constituem instrumentos de demonstração de ligação entre raça, inteligência, classe social e depravação; uma ligação cuja existência prova a necessidade de segregar os inaptos e ajustar a posição social de um indivíduo e a inteligência.” (*apud* Silva, 2010, p.66)

Os psicólogos Lewis M. Terman (1877-1956), da Universidade de Stanford, e Robert M. Yerkes (1876-1956), da Universidade de Harvard, adaptaram o instrumento de Binet para que pudesse ser aplicado de forma coletiva. Terman propôs, em 1916, que o número do QI fosse multiplicado por 100, eliminando as casas decimais. Também adaptaram o teste para uso com adultos, sendo essa nova versão amplamente utilizada até hoje e conhecida como *Escala de Inteligência Stanford-Binet*.

Segundo Sabatella (2008), “(...) após 1920, a prática de aplicar testes de inteligência com objetivos educacionais, se instalou nos Estados Unidos e na Europa” (p.49). Os alunos selecionados como deficientes intelectuais eram segregados em escolas especiais e marginalizados. Goddard (1914) diz que:

“Está perfeitamente claro que a nenhum deficiente mental deve ser permitido casar ou procriar. É óbvio que, para essa regra ser instituída, a parcela inteligente da população deve colaborar para que seja executada.” (*apud* Silva, 2010, p.561)

Se por um lado, para a população diagnosticada com baixo QI, a aplicação dos testes era extremamente negativa, por outro, não se pode negar que a população com alto QI tenha sido beneficiada. Algumas crianças com AH/SD passaram a ser vistas. É claro que há limitações, já que se trata de uma época em que os critérios se baseavam no absolutismo dos testes, porém, mesmo assim, o fato é que as crianças com alto QI

passaram a ser reconhecidas e apoiadas. Porém, o fato das AH/SD ter sido associada, naquela época, exclusivamente ao QI, a marca que esse fato deixou em nossa história contribuiu para que inúmeras outras crianças consideradas hoje com AH/SD (selecionadas por outros critérios) continuassem por muito tempo invisíveis.

Gardner (2001) afirma que, segundo E. G. Boring, psicólogo de Harvard, “inteligência é o que o teste testa” (p.24), afirmando, portanto, que os testes de inteligência eram ferramentas eficientes e suficientes para a detecção da inteligência, que por sua vez era única, absoluta e imutável.

Muitos dos conceitos errôneos ou ultrapassados que existem hoje sobre inteligência, especialmente no senso comum, estão ainda calcados nessa base histórica dos absolutismos e das formas de mensuração exclusivamente baseadas nos testes psicológicos.

Vale lembrar que estamos tratando de uma visão predominante na época, o que não quer dizer que não houvessem outros teóricos pensando de forma diversa. Por volta de 1930, o psicólogo Thurstone, da Universidade de Chicago, questionou o conceito de QI para medir a inteligência, dizendo que, segundo seu entender, inteligência pode estar presente em outras áreas menos acadêmicas ou verbais. Guilford dizia que a inteligência do indivíduo é singular, única “(...) e apresenta uma variedade de pontos altos e baixos, em vez de um nível geral de habilidade em todas as áreas (como determina a simples pontuação de QI)” (Sabatella, 2008, p.52).

Cada teórico que questionava a conceituação de inteligência e das formas de medição trazia contribuições importantes para a modificação do conceito de AH/SD; porém, sabemos que mudanças conceituais levam tempo. Podemos destacar a década de 1980 como sendo um período de grande avanço nas teorias da inteligência, já que foi nessa época que surgiram, em Harvard, o trabalho de Gardner com sua Teoria das Inteligências Múltiplas (1983) e, em Yale, o de Robert Sternberg (1984), cujas teorias não comungavam com os princípios psicometristas.

Gardner (2001) afirma que “o que significa ser inteligente é uma questão filosófica profunda, uma questão que exige base em biologia, física e matemática”

(p.34) e mostra, através de seus estudos e escritos, que os estudos sobre inteligência deixam de pertencer a um grupo fechado de psicometristas. O autor diz que em sua juventude gostava de música e que as artes eram parte importante de sua vida, de forma que quando começou a se deparar com teorias desenvolvimentistas que não citavam as artes como habilidades importantes no desenvolvimento de um ser humano, passou a questionar o que se compreendia por inteligência e cognição.

Nosso entrevistado (Marcos) relata que sempre gostou muito de desenho e percebe que a visualização de um fenômeno ajuda-o na compreensão do mesmo.

“(...) eu gostava sempre muito de desenho. Eu sempre tive uma agilidade muito boa com as mãos, eu tenho uma caligrafia muito boa, eu sei escrever letras góticas e alemãs, (...) e sempre tive essa capacidade de desenho; então, essa coisa visual pra mim é a coisa mais importante.”

Interessado pelos estudos sobre o desenvolvimento das capacidades cognitivas humanas e curioso sobre o funcionamento do sistema nervoso, Howard Gardner aproximou-se do neurologista Norman Geschwind, que trabalhava com pessoas afetadas por acidentes vasculares cerebrais – AVC. Tornou-se estudante de neuropsicologia e, como tal, passou a perceber que diferentes áreas cerebrais são responsáveis por diferentes habilidades humanas. Trabalhou também com crianças “comuns” e com AH/SD e foi percebendo que “(...) as pessoas têm um leque de capacidades. A capacidade numa área de atuação não indica nenhuma capacidade comparável em outras áreas” (Gardner, 2001, p.43).

Gardner (2001) conceitua inteligência como sendo “um potencial biopsicológico para processar informações que pode ser ativado num cenário cultural para solucionar problemas ou criar produtos que sejam valorizados numa cultura” (p.47). O autor explica:

“(...) as inteligências não são objetos que podem ser vistos e nem contados. Elas são potenciais – neurais presumivelmente – que poderão ser ou não ativados, dependendo dos valores de uma cultura específica, das oportunidades disponíveis nessa

cultura e das decisões pessoais tomadas por indivíduos e/ou suas famílias, seus professores e outros.” (2010, p.47)

Sobre as crianças com AH/SD, Gama (2006) relata que Gardner “(...) chama as crianças superdotadas de crianças *que prometem*, e as descreve como aquelas que contêm em si a promessa de um desenvolvimento superior” (p.40 – grifo no original).

Há uma discussão entre autores acerca da existência ou não de uma base biológica constitutiva das altas habilidades/superdotação. Como explicitado acima, os autores nos quais nos baseamos defendem a existência de uma base biológica constitutiva, o que explicaria, entre outros fatores, a incidência de pessoas com altas habilidades/superdotação numa mesma família. A existência de uma base biológica confere um potencial que pode ou não ser desenvolvido de acordo com o meio, a cultura e o oferecimento ou a escassez de recursos.

A Dra. Erika Landau (2011) explica que, segundo a sua visão, talento é o primeiro passo para que uma pessoa possa desenvolver AH/SD. Falávamos sobre um talento em matemática e ela discorreu: “*Essa é um talento, certo? Mas aí você o desafia, coloca-o em outros campos da matemática e interação social. Então a personalidade inteira se preenche. Daí ele se torna superdotado*”.

Em 1983 Gardner publicou seu livro *Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences*, no qual apresentou a “Teoria das Inteligências Múltiplas”, propondo a existência de sete inteligências humanas, conforme a descrição resumida apresentada no quadro 1.

Quadro 1: As sete inteligências propostas por Howard Gardner e suas características.

Inteligências	Características	Exemplos
Linguística	Sensibilidade para a língua falada e escrita; habilidade de aprender línguas; capacidade de utilizar a língua para atingir certos objetivos.	Locutores, oradores, escritores, advogados, poetas, professores.
Lógico-matemática	Capacidade de analisar problemas com lógica, de realizar operações matemáticas e investigar questões cientificamente.	Matemáticos, cientistas, advogados, engenheiros.
Musical	Habilidades na atuação, composição e apreciação de padrões musicais, sensibilidade para sons, para ritmos.	Músicos.
Físico-cinestésica (ou corporal-cinestésica)	Capacidade de usar o corpo para resolver problemas ou fabricar produtos.	Dançarinos, atores, atletas, artesãos, cirurgiões, mímicos, mecânicos.
Espacial	Potencial de reconhecer e manipular os padrões do espaço, bem como padrões de áreas mais confinadas.	Navegadores, pilotos, escultores, cirurgiões, jogadores de xadrez, arquitetos.
Interpessoal	Capacidade de entender as intenções, motivações e os desejos do próximo e consequentemente de trabalhar de modo eficiente com terceiros.	Vendedores, professores, profissionais de marketing, políticos, atores, psicólogos.
Intrapessoal	Capacidade da pessoa de se conhecer, de ter um modelo individual de trabalho eficiente.	Grandes líderes (Ex.: Nelson Mandela), Artistas (capazes de se expressar através de outras linguagens: cênicas, plásticas etc.)

Fonte: Quadro elaborado a partir de Sabatella (2008) e Gardner (2004).

Gardner (2001) diz que todos nós recebemos essas inteligências de forma inata, porém, cada pessoa, de forma única, apresenta suas próprias combinações de inteligências: “Afinal de contas, as inteligências vêm da combinação de herança genética do indivíduo com as condições de vida numa cultura e numa era dadas”

(Gardner, 2010, p.60). Diz ainda que desde que propôs as sete inteligências, alertou que elas poderiam ser reformuladas. Hoje o pesquisador estuda algumas inteligências adicionais: Naturalista (sensibilidade às questões da fauna, da flora e do planeta), Espiritual (conjunto de inteligências relacionadas ao espírito) e a Existencial (significado da vida e da morte, atenção a questões primordiais). Trata ainda da questão moral:

“(...) tarefa para o novo milênio não é apenas afiar nossas várias inteligências e usá-las adequadamente. Precisamos ver como a inteligência e a moral podem trabalhar em conjunto e criar um mundo em que uma grande variedade de pessoas queira viver. Afinal, uma sociedade dirigida por gente “inteligente” ainda pode destruir a si mesma ou ao resto do mundo.” (Gardner, 2001, p.14)

A reflexão acerca do que se considera inteligência está também imbricada com o desenvolvimento humano. Quando a inteligência considerada válida é somente a capacidade intelectual, os incentivos ao desenvolvimento humano ficam focados nesse aspecto. Porém, quando o conceito de inteligência se amplia, amplia-se também o que se compreende por desenvolvimento. Diz, sobre isso, Landau:

“(...) você precisa desafiar, não somente desafiar o cérebro. Você tem que desafiar a sua personalidade completa. Não somente o cérebro, mas também os sentimentos, a interação social, para que possa ser e criar e fazer coisas de uma forma que... Eu acredito que quanto mais você investe, mais você pode obter dessa criança.” (Landau, 2011)

Sabermos sobre a existência de tantas formas de inteligência auxilia-nos também a compreender que mesmo o indivíduo mais capaz em alguma área, poderá ter dificuldades em outras. Marcos conta que, na escola, apresentava facilidade nas ciências exatas/biológicas e dificuldades nas ciências humanas:

“Eu acho que eu fui uma criança, assim como um adulto, com muito pouca paciência para coisas que não são técnicas, que não são bem explicadas, não são coerentes. Eu nunca gostei de memorizar nada, sempre me dei muito mal em geografia, português, porque (risos) acho que foi até a maneira que foi

ensinado, hoje se ensina geografia de uma maneira completamente diferente, mas esta questão de memorizar osso do corpo, memorizar nome de rios, afluentes, tudo isso, eu nunca gostei disso porque eu sempre procurei entender o porquê das coisas. Em química, eu sempre achei a química mais fácil, porque há uma explicação física, uma coisa coerente, de certas leis e você lê e então você entende e aceita bem isso.”

A Dra. Erika Landau frisa a necessidade de não exigirmos da criança que ela seja boa em tudo:

“Existe um preconceito, porque a criança superdotada é superdotada. Por ela ser superdotada, tudo é fácil para ela. A superdotação não é algo como: se você é superdotado então é superdotado em tudo. Eu conheço muitas crianças que são muito criativas em matemática, mas elas têm dificuldades sociais. Ajudar outras pessoas. Se é verdade que elas sabem mais, então elas podem fazer mais. Mas por outro lado elas não podem ser levadas a programas em que se espere que as crianças superdotadas sejam boas em todas as coisas. Nós temos que ensiná-las a serem desafiadoras e falar sobre essas coisas que não são fáceis para elas.” (2011)

É fundamental sabermos que mesmo as pessoas com maior capacidade cognitiva cometem erros, para que possamos permitir que cometam erros e que assim, elas possam desenvolver-se permitindo-se errar e recomeçar ou, melhor ainda, aprendendo a usar o erro como ponte para algo novo. Dra. Landau diz:

“A melhor coisa que poderiam fazer é também dizer-lhes: - Bem, não se preocupem, usem a oportunidade. Você pode cometer erros porque você é humano e qualquer ser humano pode cometer erros, então você tem a permissão para cometer erros. O que você não tem a permissão de fazer é não aprender com os seus erros.” (2011)

Outro autor que merece destaque nas conceituações atuais sobre inteligência é Robert Sternberg, psicólogo de Yale, que estudou os processos mentais que levam os indivíduos a chegarem a respostas. Gardner (2001) afirma que, segundo Sternberg:

“(…) não basta saber se alguém pode chegar à resposta certa. Antes deve-se olhar para os passos mentais que a pessoa que está sendo submetida ao teste executa para resolver o problema, identificar as dificuldades encontradas e, na medida do possível, imaginar como ajudar essa pessoa e outras a solucionar itens desse tipo.”(p.35)

Diversos são os autores que estudam inteligência e superdotação e que apresentam pensamentos que convergem com os de Gardner e Sternberg. Segundo Sabatella (2008), Clark afirmou, em 1992, que:

“O conceito de inteligência e, também, de superdotação, não estará por muito tempo confinado apenas à cognição, pois precisa incluir todas as funções cerebrais e seu uso integrado e eficiente. Assim, a inteligência poderá ser vista como um agregado do funcionamento cognitivo, afetivo, intuitivo e físico do indivíduo.” (p.40)

As teorias atuais que tratam da inteligência consideram também com grande ênfase as influências do meio, oportunizando ou inibindo o seu desenvolvimento.

De modo geral, a citação de Teyler (1977), apresentada por Sabatella (2008), traz um bom resumo da visão de inteligência que adotamos neste trabalho:

“Podemos considerar a inteligência como um fenômeno pluralístico, resultante da combinação, desenvolvimento e inter-relação de todas as funções do cérebro humano e que pode ser ampliada ou inibida pela interação entre os padrões genéticos herdados e as oportunidades proporcionadas pelo meio.” (p.46)

2.1.2 Superdotação

Como múltiplas são as definições de inteligência, são também múltiplas as conceituações de superdotação.

Uma definição unânime entre os autores de área é de que: possuem AH/SD os indivíduos com habilidade acima da média em uma ou mais áreas do conhecimento quando comparados com outros indivíduos da mesma faixa etária.